

O PIF PAF e a censura:

A precariedade de criação na ditadura militar

Thaís Pacheco Pereira

Mestranda, Programa de pós-Graduação em Artes Visuais, Escola de Belas Artes, Universidade Federal do Rio de Janeiro

thais@click21.com.br

O contexto político-cultural

Em 1961, Jânio Quadros renuncia ao poder e João Goulart, vice-presidente, dá continuidade ao mandato. Várias reformas eram solicitadas pelo povo: reforma agrária, política, econômica, social e, principalmente, reforma educacional. O presidente João Goulart não teve estrutura para realizar as reformas e encontrou como solução a escolha de militares de centro (que se tornariam de direita) para compor os ministérios. Dessa forma, acreditava ser possível realizar uma lavagem cerebral no imaginário coletivo para obter o apoio popular. Acabou por entregar o poder. Com o apoio do imperialismo americano, os ministros militares aproveitaram-se da ausência de João Goulart que estava em viagem no exterior e instauram o Golpe Militar de 1964 assumindo o poder. É um momento violento e desagregador.

O quadro político dos Anos 60 encontra-se tencionado com o quadro cultural; “o movimento operário que crescia desde os anos 50 levava adiante um vigoroso processo de lutas, expelindo velhos pelegos do Estado Novo e fortalecendo seus mecanismos de reivindicação econômica e pressão política.” (HOLLANDA, 1990; 08) Os intelectuais representavam o povo, eram o povo, pois detinham o saber sobre o papel político do povo. Fazendo de si os portadores da verdadeira consciência, a consciência crítica; os intelectuais permitem à massa alcançar uma identidade. É um momento de grande movimentação cultural onde a sensibilização política e a denúncia passaram a orientar diretamente a produção intelectual.

Como resposta ao golpe e iniciando uma temporada que se tornaria um marco para a cultura no pós-64 encontramos uma grande efervescência cultural representada em todos os segmentos. O Teatro de Arena, o Cinema Novo, o Tropicalismo, os happenings, os CPC's (Centro Popular de Cultura)... e dentre esse turbilhão de explosões contestadoras encontramos a revista *PIF PAF* que foi originária de uma seção fixa da revista *O Cruzeiro*, publicada por mais de dez anos e assinada por Millôr Fernandes como o pseudônimo "Vão Gôgo".

O que ficou de maravilhoso no período 61-64 da Cultura Brasiliensis foi justamente a doideira conscientizante que se apossou dos artistas. Como as esquerdas estavam próximas do poder, montaram-se mil veículos de conscientização em massa do povo brasileiro. Aviões, caminhões transformáveis em palcos, circos, funâmbulos etc... saíram pelo país afora numa louquíssima mambembice revolucionária, nunca vista na história das esquerdas próximas do poder. O povo olhava embasbacado aquela multidão de jovens que lhes ensinavam coisas de dedo em riste, lhes faziam equações, empurrões, gritos de estímulo, eias! sus! querendo transformar os operários e camponeses em revoadas de tossos heróicos. O que ficou foi esta inédita, incrível, infantil, generosa, genialmente ridícula crença nos poderes transformadores da arte. Nunca se acreditou tanto na arte como força política, no mundo! Ficou disto um amor pela busca da realidade, uma fé, uma ambição de mudança que talvez seja a única marca registrada da criação latino-americana [...] de novo, de um novo ângulo, voltou-se a olhar o Brasil: não mais a anta de 26, nem o tatu de 37, nem os índios, nem Macunaíma, mas o povo malvisto, desfocado, esquematizado, mas afinal de contas, entrevisto. (Apud HOLLANDA, 1981; 28-29)

Testemunho retrospectivo de Arnaldo Jabor, participante das CPC's descreve a atmosfera que reinava na marcha para o povo, os artistas incitavam o povo a unir-se à revolução e pretendiam, convencidos dos poderes ilimitados da cultura, conduzir uma epopéia coletiva digna da história em curso.

PIF PAF, em seu curto tempo de duração, tem o mesmo objetivo. Através do humor e do fato de ela estar preocupada com os dilemas sociais e políticos, *PIF PAF* torna-se uma manifestação fundamental da cultura brasileira. Em verdade, ela tenta reconstituir o modo de ser e a mentalidade dos homens simples. Pouco a pouco aventura-se a construir um painel da consciência das pessoas.

Censura: um breve histórico

A questão da censura remonta a Grécia Antiga quando o teatro visando, através da sátira, ridicularizar, atacar e criticar partidos, homens e idéias foi interpretado como abusivo e teve a sua liberdade de expressão restringida. Desde então, diversos registros de censura são encontrados ao longo da História. Por volta de 1500, “todos os países europeus exerciam atividades censórias, das quais se valiam para a implantação do absolutismo.” (FAGUNDES, 1975; 21) No Brasil não foi diferente. Com a vinda de D. João VI e a corte portuguesa, em 1807, o país passou a ser a sede da monarquia lusa. Em 1808 foi criada a censura brasileira com os censores régios nomeados para garantir que nada fosse impresso contra a religião, o governo e os bons costumes.

Em 1889, já proclamada a República, a censura ficou a cargo da polícia. Os meios de comunicação passaram pelos mais diversos processos de sujeição e controle. O acirramento da censura à imprensa e nas divisões públicas se deu na ditadura getulista em 1939 com a atuação de diversos departamentos de imprensa e propaganda tais como o DIP (Departamento de Imprensa e Propaganda), DOP (Departamento Oficial de Publicidade), DI (Divisão de Imprensa), SCI (Serviço de Controle à Imprensa), CNI (Conselho Nacional de Imprensa). Manter um controle eficaz e permanente sobre os meios de comunicação continua a fazer parte da estratégia governamental.

Os meios de comunicação por diversos momentos senão decidiram ao menos motivaram ações e acontecimentos políticos. Como exemplo podemos citar um fato ocorrido em 1945 quando o jovem repórter Carlos Lacerda foi pivô de muita agitação política com uma reportagem abertamente antiditatorial publicada integralmente no jornal Correio da Manhã. Com isso “o governo de Vargas, já debilitado, foi incapaz de conter a avalanche de críticas políticas e movimentos que culminaram com sua deposição.” (FAGUNDES, 1975; 290).

Com a mudança da capital para Brasília em 1960, o SCDP (Serviço de Censura de Diversões Públicas), ainda pertencente à polícia, permaneceu no Estado da Guanabara e não estava claro se a censura seria exercida por unidades federativas ou pela União. Com a tolerância desta, o Estado da Guanabara continuou suas atividades censórias. Órgãos policiais de outros estados como São Paulo, Minas Gerais e Rio Grande do Sul, em meio a este total

desentendimento, também declararam-se censores em todos os estratos e escalões com diversos órgãos exercendo o mesmo poder.

Sem oportunidade de discussão sobre como entender a liberdade de expressão do pensamento e de opinião pela elite oligárquica e militar adentrou-se no domínio da violência contra a opinião política livre. Empastelamento e queimadas de gráficas, rotina de prisão e desterro de jornalistas que violassem as ordens legais estabelecidas, fechamento de jornais ao sabor das disputas locais são alguns dos exemplos do clima de desagregação de uma consciência sobre os problemas da liberdade de opinião pela imprensa.

O *PIF PAF* como instrumento de contestação

O clima mobilizante que envolveu a juventude da década de 60 fez surgir um dos mais importantes momentos culturais da história do Brasil. Tratava-se de expressar, contra o autoritarismo que subia ao poder, a determinação à denúncia e ao enfrentamento. Nesse contexto, jovens inteligentes, repletos de idéias sarcasticamente contestadoras, motivados por uma preocupação em transformar consciências e entusiasmados com o engajamento político-cultural daquele momento, realizaram a criação de uma revista humorística sem precedentes.

O seu primeiro número foi lançado em 21 de maio de 1964, logo após o Golpe Militar e no auge da censura à imprensa. Um ponto fundamental é o humor como uma arma contra a opressão no contexto ditatorial brasileiro. A grande proeza de *PIF PAF* foi conseguir denunciar o momento de repressão vivido. O humor foi a “clareira” encontrada para revelar as verdades e possibilitar ao leitor uma consciência crítica que permitisse uma reação diante do problema. Configura-se aqui o caráter transgressor do riso, que vai contra o estabelecido ou imposto, uma vez que denuncia, aponta o problema, sem medo. Ele está ligado ao contexto, à realidade em que se insere, tornando-se, assim, uma forma de buscar a mudança.

O humor teria, no contexto político das ilustrações de *PIF PAF*, o papel de desvelar, de estabelecer um contraponto entre o poder constituído e o povo. O próprio Millôr Fernandes, idealizador da revista, vai além quando afirma que “uma coisa é ser rei dos palhaços, outra coisa é ser palhaço dos reis.” (FERNANDES, 2002; 233) Luigi Pirandello concorda que o contraste

seja a primeira exigência do humor, ou seja, aquilo que parece riso e é dor. A segunda exigência é o ceticismo e a terceira, a reflexão.

PIF PAF não é somente uma visão de mundo, não é apenas mera conduta psicológica redutível à experiência afetiva. Procura criar sociedade. Há um diálogo entre os sinais propostos por um indivíduo (ou grupo) e um grupo: sinais expressivos cujos significados sugeridos pelo criador são imediatamente investidos de uma significação para o grupo, que os recebe e registra. *PIF PAF* é sinônimo de uma prática social, um comportamento, uma atitude viva ligada a um ato determinado.

Essa revista representou uma possibilidade viva de constituir, se bem que passageiramente, uma ordem humana em que a comunicação era mais importante que o poder. Em *PIF PAF* se manifesta a vontade de encontrar, através de uma exteriorização simbólica dos acontecimentos fundamentais da história, uma confirmação pública de um gênero de vida e de uma ética. A criação imaginária é um instrumento ao serviço de uma comunidade intensa, que vivifica e acentua.

A revista acabou sendo fechada pelo governo em apenas quatro meses, após a publicação de oito edições. Mesmo diante da precariedade de criação diante de uma censura onipotente, *PIF PAF*, em seu último número deixou o seu recado:

“ADVERTÊNCIA!

Quem avisa, amigo é: se o governo continuar deixando que certos jornalistas falem em eleições; se o governo continuar deixando que determinados jornais façam restrições à sua política financeira; se o governo continuar deixando que alguns políticos teimem em manter suas candidaturas; se o governo continuar deixando que algumas pessoas pensem por sua própria cabeça; e, sobretudo, se o governo continuar deixando que circule esta revista, com toda sua irreverência e crítica, dentro em breve estaremos caindo numa democracia.”



Charge de Claudius – Revista nº 1, p.5



Ilustração de Ziraldo – Capa revista nº 3

Referências bibliográficas

CARUSO, Eliana (Organizadora Z'AS). **PIF PAF Quarenta Anos Depois**: coleção fac-similar das 8 edições da Revista PIF PAF de Millôr Fernandes. Rio de Janeiro: Argumento, 2005

FAGUNDES, Coriolano de Loiola Cabral. **Censura e Liberdade de expressão**: tudo sobre a censura aos meios de comunicação no Brasil e no mundo. 2ª. Ed. São Paulo: Editora e Distribuidora do Autor, 1975.

FERNANDES, Millôr. **Millôr Definitivo**: a bíblia do caos. Porto Alegre: L&PM, 2002.

HOLANDA, Heloísa Buarque de. **Cultura e Participação nos Anos 60**. 8ª. ed. São Paulo: Brasiliense, 1990.

_____ **Impressões de viagem**. São Paulo: Brasiliense, 1981

PIRANDELLO, Luigi. **O humorismo**. São Paulo: Experimento, 1996

SOUZA, José Inácio de Melo. **O estado contra os meios de comunicação (1889 – 1945)**. São Paulo: Annablume. FAPESP, 2003